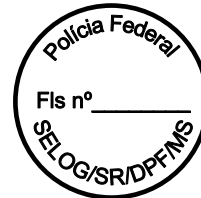




MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



Pregão Eletrônico nº 02/2013

ANEXO III

MINUTA

CONTRATO XXX /2013-SR/DPF/MS
Processo nº 08335.005212/2013-36

CONTRATO QUE SE CELEBRA ENTRE A UNIÃO FEDERAL, REPRESENTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, E A EMPRESA: _____. NA FORMA ABAIXO:

A UNIÃO FEDERAL, representada pela SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, sito na **Rua Luis Fernando Fernandes, n.º 322 – Vila Sobrinho, Campo Grande/MS – Cep: 79.110-500**, com o CNPJ nº 00.394.494/0084-63, neste ato denominada CONTRATANTE e representada pelo Senhor Superintendente Regional o Senhor _____, de acordo com suas atribuições legais, insitas no art. 38, inciso III, Portaria nº 1300/2003-MJ, de 04.09.2003 e a empresa: _____, situada à _____, doravante denominada **CONTRATADA** e representada por _____, com a finalidade de contratar com a Administração, para **a prestação de serviços de manutenção, preventiva e corretiva, de equipamentos de no-break, com fornecimento de peças**, resolvem, com base nas condições estabelecidas no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 02/2013-SR/DPF/MS, relativo ao Processo nº **08335.005212/2013-36**, celebrar o presente Termo de Contrato, observadas as disposições da Lei 8.666/93, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

I - OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto do presente instrumento é a prestação de **SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, PREVENTIVA E CORRETIVA, DE EQUIPAMENTOS DE NO-BREAK, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS**, para a Superintendência de Polícia Federal e suas Delegacias descentralizadas no Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações contidas no Termo de Referência (anexo I do Edital).

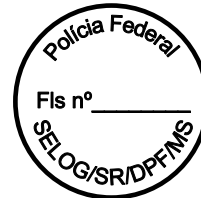
II - VIGÊNCIA, VALIDADE E PRORROGAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – A vigência do presente contrato se dará a partir da data de sua assinatura pelas partes e terá validade até o dia 31 de dezembro do mesmo ano.

Parágrafo único. No interesse da CONTRATANTE, este contrato poderá ser prorrogado por períodos consecutivos de 12(doze) meses cada, limitadas estas prorrogações, ao prazo máximo de 60(sessenta) meses contados da data da contratação.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



III - DOS VALORES

CLÁUSULA TERCEIRA – A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores definidos no Pregão nº 02/2013-SR/DPF/MS, conforme proposta final da CONTRATADA.

IV - EQUILÍBRIO FINANCEIRO E REPACTUAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA – Com a finalidade de manter o equilíbrio financeiro do contrato, será permitida a repactuação dos valores dos serviços ora contratados, estabelecidos na Cláusula Terceira, em conformidade com a legislação vigente.

Parágrafo primeiro. A Administração deverá analisar o pedido de repactuação da CONTRATADA, verificando se o reajuste solicitado está de acordo com os preços praticados no mercado.

Parágrafo segundo. Fica vedada, quando da repactuação, a inclusão nos custos dos serviços ora contratados, de outros valores não previstos na proposta apresentada pela CONTRATADA na licitação.

Parágrafo terceiro. A repactuação estabelecida no **caput** desta cláusula é direito não somente da CONTRATADA, mas, também, da CONTRATANTE, caso houver uma diminuição dos custos previstos na proposta apresentada pela CONTRATADA.

Parágrafo Quarto. Será admitida a repactuação do contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, ou da data da última repactuação.

CLÁUSULA QUINTA – As despesas com a execução do presente contrato para o exercício de 2008 correrá à conta do Programa de Trabalho 06.122.0750.2000.0001, Natureza de Despesa 339030 e 339039, Plano Interno 702T-13, Fonte 100 e Gestão 0001.

Parágrafo único. Foi emitida a Declaração de Disponibilidade Orçamentária nº xxx de 14 de março de 2013, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para atender às despesas inerentes à execução do presente Contrato, durante o exercício de 2008.

V - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

CLÁUSULA QUINTA – Fazem parte integrante e complementar do presente contrato, independentemente de suas transcrições, o Edital e anexos do **Pregão Eletrônico nº 02/2013-SR/DPF/MS**, proposta e documentos apresentados pela CONTRATADA no procedimento licitatório.

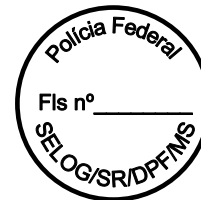
VI - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA SEXTA – São obrigações da CONTRATADA:

- a) Substituir, reparar ou mandar fabricar, quando exigido pela boa técnica, e de comum acordo com a fiscalização do contrato, todo e qualquer componente ou peça - mecânica, elétrica



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

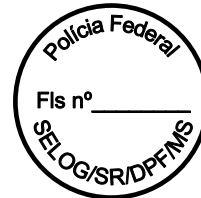


ou eletrônica - dos NOBREAK's, visando mantê-los em perfeito funcionamento e estado de conservação.

- b) Atender as solicitações de serviços, providenciando os reparos necessários em, no máximo, 06 horas na capital e 12 horas no interior, contadas da abertura do chamado ou solicitação, e em caso de impossibilidade, substituir o equipamento defeituoso por outro igual, ou com características técnicas semelhantes ou superiores, como "backup", até que seja sanado o defeito do equipamento em reparo.
- c) Recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade os trabalhadores necessários à perfeita execução dos serviços, bem como ficar responsável por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE, equipamentos, ferramentas, materiais de consumo, fretes, transportes horizontais e verticais, impostos, taxas, emolumentos, administração e seguros necessários à execução dos serviços de manutenção referentes ao objeto do presente Termo de Referência, e, ainda, pela estadia dos empregados, quando do deslocamento de equipes para serviços no estado de Mato Grosso do Sul, abrangendo transporte, hospedagem e alimentação.
- d) Informar os números dos telefones, fixos ou celulares, ou outros recursos móveis de comunicação à distância, do responsável pelo contrato e do profissional responsável pelo atendimento de eventual emergência.
- e) Apresentar à Contratante, relação com o nome do responsável técnico habilitado e dos profissionais credenciados que irão ter acesso às salas dos No-Breaks para realização dos serviços.
- f) Efetuar assistência técnica, para manutenção preventiva, no horário de expediente normal do Órgão, sempre acompanhado pelo fiscal do contrato, ou servidor designado para esse fim.
- g) Agendar as manutenções preventivas com o fiscal de contrato com pelo menos uma semana de antecedência, sendo que para a Superintendência as manutenções serão realizadas dentro do horário comercial de segunda a sábado, podendo também ser agendado horário fora do comercial em comum acordo com o Fiscal de Contrato e para as delegacias do interior do estado serão agendados PREFERENCIALMENTE horários para o final da tarde e noite e também fins de semana visando o mínimo de interferência nas atividades destas delegacias.
- h) Manter durante a vigência do Contrato, nos termos contidos nele e nas demais peças do processo licitatório, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- i) A contratada será obrigada ainda a:
 - I. Manter pelo menos um empregado responsável de plantão, para atender a contratante no prazo máximo de 1 (uma) hora, quando solicitado.
 - II. Observar as condições de segurança e prevenção contra acidentes de trabalho de acordo com as normas emanadas do Ministério do Trabalho.
 - III. Apresentar relação nominal, com respectiva identificação, dos seus empregados, comunicando obrigatoriamente as alterações em seus quadros funcionais.
 - IV. Apresentar, até 48 (quarenta e oito horas) após a contratação, o seguro de acidente de trabalho de seus empregados.
 - V. Responsabilizar-se pelo estado funcional, conservação e de segurança da rede estabilizada, mediante a realização de todos os requisitos de testes e avaliações



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



necessários e indicados pelo fabricante, para a manutenção preventiva, para cada equipamento.

- VI. Não transferir a terceiros a responsabilidade, parcial ou total, pelos serviços ou fornecimento, exceto com autorização expressa do contratante.
- VII. Emitir relatório trimestral das atividades executadas na sede da Polícia Federal em Campo Grande e nas Delegacias do interior do Estado, bem como ao final do trabalho, o relatório do atendimento nos casos de manutenção corretiva.

VII - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Ressarcir os valores das peças e reparos fornecidos pela Contratada, na forma pactuada neste procedimento;
- b) Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, mediante a apresentação de notas fiscais e relatórios de serviços realizados no mês.
- c) Acompanhar, verificar e receber os serviços e o fornecimento de peças substituídas, conferindo a efetividade de sua realização, atestando as faturas apresentadas.
- d) Proporcionar aos funcionários da CONTRATADA acesso ao local de instalação e funcionamento dos equipamentos para que possam cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste Contrato;
- e) Designar um servidor da Administração para acompanhar e fiscalizar os serviços deste instrumento, bem como atestar a Fatura proveniente dos fornecimentos;
- f) Evitar que pessoas não credenciadas pela CONTRATADA efetuem manutenção e/ou reparos nos equipamentos objeto deste Contrato;
- g) Comunicar prontamente à CONTRATADA, toda e qualquer anormalidade verificada no funcionamento das máquinas objeto deste Contrato.

VIII - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA OITAVA – São motivos para a rescisão do presente contrato:

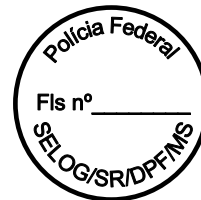
I – o descumprimento injustificado, total ou parcial, das obrigações assumidas pela CONTRATADA nos termos deste contrato;

II – o não atendimento ou o atendimento insatisfatório das determinações e solicitações formuladas pelo Fiscal do contrato;

III - a paralisação da execução dos serviços, sem justa causa e sem a prévia comunicação à CONTRATANTE;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



IV – o cometimento reiterado de faltas pela CONTRATADA às cláusulas do presente contrato, após a aplicação das penalidades previstas no Edital do Pregão 003/2008-SR/DPF/MS;

V – a decretação da falência ou a instauração da insolvência civil da CONTRATADA;

VI – a extinção ou a dissolução da CONTRATADA;

VII – a alteração da composição social, a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que, a critério da CONTRATANTE, venha a prejudicar a execução dos serviços contratados;

VIII – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela autoridade administrativa a qual está subordinada a CONTRATANTE;

IX – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, impeditivos da execução do contrato;

X – a suspensão da execução dos serviços contratados por ordem escrita da CONTRATANTE por um período superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo nos casos de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo período;

XI – o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, decorrentes de serviços já executados, salvo nos casos de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, assegurado à CONTRATADA, nestes casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato, até que seja normalizada a situação.

XII - descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Parágrafo único. A rescisão do presente contrato poderá ser formalizada:

I – por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a VII e XII desta cláusula;

II – por acordo amigável entre as partes, reduzidas a termo, e desde que haja interesse e conveniência para a CONTRATANTE;

III – por ação judicial, nos termos da legislação pertinente.

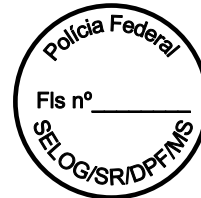
IX – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA – São condições de pagamento:

a) O recebimento e a aceitação do objeto de licitação obedecerão ao disposto no artigo 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei 8.666/93.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



b) O pagamento será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao fornecimento e da prestação dos serviços e após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente da SR/DPF/MS, conforme dispõe o Artigo 40, Inciso XIV, alínea "a", da Lei 8.666/93.

Parágrafo único: as notas referentes a serviço e materiais deverão ser apresentadas separadamente.

c) Será procedida consulta "ON LINE", junto ao SICAF antes de cada pagamento efetuado à empresa contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação exigidas na licitação.

d) Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

e) Conforme IN conjunta SRF/STN/SFC nº 04, de 18 de agosto de 1997, serão retidos os percentuais referentes a tributos e contribuições federais, exceto no caso de pessoas jurídicas optantes pelo "SIMPLES".

f) A empresa deverá emitir separadamente as Notas relativas ao SERVIÇO das relativas às PEÇAS.

X - VALIDADE E EFICÁCIA

CLÁUSULA DÉCIMA - O presente Contrato terá validade a partir da data de sua assinatura pelos contratantes ficando sua eficácia condicionada à publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

XI- DA APRESENTAÇÃO DA GARANTIA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A contratada deverá apresentar garantia, nos termos do item 17 do edital de convocação, e conforme preconiza a lei 8.666/93, integralizando-a no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura deste contrato, sob pena de rescisão contratual.

XII- DISPOSIÇÕES GERAIS

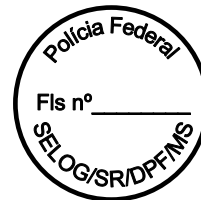
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A legislação aplicável à execução deste contrato e aos casos omissos é a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

XIII - FORO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - As partes elegem o FORO da Justiça Federal, Seção Judiciária de Campo Grande/MS, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste Contrato, em detrimento de qualquer outro, ficando assegurado à **CONTRATANTE** os privilégios de prazos de que trata o art. 188 do Código de Processo Civil.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



E assim, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em (03) três vias de um só teor e forma, perante as testemunhas abaixo para que produza seus efeitos jurídicos.

Campo Grande - MS, ____ DE _____ DE 2013.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: